



Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP

RESPOSTA

RESPOSTA A PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO Nº 01/2021

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 485/2021/CEL/SUPEL/RO

PROCESSO Nº 0031.229883/2020-22

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE LAUDO PERICIAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE, ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS (PPRA) E O LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO (LTCAT), NO ÂMBITO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS E UNIDADES VINCULADAS (NÚCLEO DE ARQUIVO OFICIAL, CENTRO DE PERÍCIAS MÉDICAS, NÚCLEO DE PERÍCIAS MÉDICAS/JI PARANÁ E NÚCLEO DE PERÍCIAS MÉDICAS/VILHENA), ALÉM DE ÓRGÃOS PARTICIPANTES: FEASE, IDARON, FHEMERON, SEDUC, AGEVISA, PM, PGE, CBM E SESAU, TENDO COMO CRITÉRIO DE JULGAMENTO O MENOR PREÇO.

1. DAS PRELIMINARES

A empresa **ENGEMEDE - SSO**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.010.043/0002-55, com sede na Rua Júlio de Castilho, nº 426, Sala 1056, Bairro Centro – CEP: 76.801-130 – Porto Velho/RO, representada pelos advogados: RENATO JULIANO SERRATE DE ARAÚJO, OAB/RO 4705, VANESSA MICHELE ESBER SERRATE, OAB/RO 3875 e KRYSS KELLEN ARRUDA, OAB/RO 10096, integrantes da sociedade ESBER E SERRATE ADVOGADOS ASSOCIADOS, inconformada com os termos do Edital do **Pregão Eletrônico 485/2021/CEL/SUPEL/RO**, apresentou impugnação ao instrumento convocatório através do e-mail institucional celsupelro@gmail.com, no dia 23/11/2021, às 11h18min.

A Lei nº. 10.520/02 é quem dita as normas à modalidade de pregão; no entanto, ela nada diz com relação à impugnação ao edital. Quem delimita o tema é o Decreto Federal nº.10.024/2019, especificamente no seu artigo 24, *in verbis*:

...

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação

O prazo para que se possa apresentar razões de impugnação é de até 02 (dois) dias úteis anteriores à realização da sessão, marcada para o dia 29/11/2021, ou seja, até o dia 24/10/2020.

Desta forma, o pedido de impugnação ao edital da empresa em comento é tempestivo, conforme reconhecido por seus advogados no tópico I - TEMPESTIVIDADE.

2. DA IMPUGNAÇÃO

Resumidamente, o impugnante contesta especificamente os subitens 9.1.2 e 9.2, bem como aponta a necessidade de substituição do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA para Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR.

I - Alega necessário a devida análise pelo setor técnico competente responsável para verificar a possibilidade em se retificar o edital com a retirada da exigência de apresentação dos documentos por meio impresso, vejamos:

Em análise ao instrumento convocatório, se faz necessário destacar a exigência presente no item 9.1.2 do Termo de Referência, vejamos:

9.1.2. Todos os Laudos e Programas devem ser entregues impressos, em arquivos no formato .pdf gravados em CD, pen drive ou programa desenvolvido pela empresa, no qual as Unidades poderão ter acesso para consultar os Laudos.

(grifo nosso)

Nota-se, o instrumento convocatório traz como exigência a entrega de TODOS os Laudos e Programas por meio IMPRESSO.

Porém, a referida exigência vai de encontro com o que dispõe a Portaria nº 211 de 11 de abril de 2019, que trata da assinatura e guarda eletrônica dos documentos relacionados à segurança e saúde no trabalho, no qual informa em seu art. 1º que é considerado válido a utilização de certificado digital para a criação assinatura eletrônica dos documentos como Laudo Pericial de Insalubridade e Periculosidade e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), e posteriormente no §3º do art. 3º informa que a entrega por meio físico é dispensável.

II - Alega impraticável o prazo de 60 (sessenta) dias para entrega dos laudos, vejamos:

"Levando em consideração as informações acima apresentadas, nota-se que a título de exemplo para o Lote 1 serão realizados uma quantidade de 217 (duzentos e dezessete) Laudos Técnicos das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e 218 (duzentos e dezoito) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Tendo em vista que a ora Impugnante é pioneira na prestação dos serviços a serem contratados e possui uma vasta expertise, se faz necessário informar que o prazo ínfimo previsto no item 9.2 é impraticável.

Nota-se, para realizar o levantamento de dados nas unidades é necessário no mínimo um prazo de 60 (sessenta) dias, considerando que ocorrerá a visita em 04 (quatro) unidades por dia, a depender do quantitativo de funcionários e do tamanho do local. Assim como, deverá ter um prazo de igual período, ou seja, no mínimo mais 60 (sessenta) dias, para a elaboração dos documentos (Laudos e Programa) a serem entregues. Desse modo, a futura contratada deverá dispor de no mínimo 120 (cento e vinte) dias para o levantamento de dados, elaboração e posterior entrega dos serviços contratados, sendo totalmente impraticável o prazo previsto no item 9.2 do Termo de Referência."

III - Alega a necessidade de inclusão no Instrumento Convocatório das atualizações normativas, então, solicita a substituição do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) para o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), vejamos:

Considerando que a presente licitação visa a contratação de empresa especializada para a elaboração, entre outros, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), insta informar que em março deste ano foram publicados novos textos de Normas Regulamentadoras, que tratam de importantes atualizações relacionadas à Segurança e Saúde do Trabalho, entre elas, a substituição do Programa de Prevenção de Riscos (PPRA) pelo Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).

Registra-se que, com a atualização das NR 1 e NR 9 (portarias 6.730 e 6.735), houve a inclusão do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e a criação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), contendo todas as disposições, diretrizes, requisitos e medidas gerais a serem seguidas pela gestão empresarial e profissionais de Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

Além disso, NR 1 passou a determinar que haja um acompanhamento e a tratativa dos riscos identificados nas frentes de serviço, através do plano de ação. Já o PGR deve contemplar ou estar integrado com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de Segurança e Saúde no Trabalho. A diferença é que no PPRA se tratava principalmente da parte de Higiene e o

PGR trata de todos os agentes de risco. As referidas atualizações entrarão em vigor a partir de janeiro de 2022.

3. DA ANÁLISE DO SETOR TÉCNICO

Inicialmente, há de se registrar que as condições fixadas no Edital e Termo de Referência foram estabelecidas com estrita observância das disposições legais contidas na Lei Federal nº 8.666/93.

I - Quanto ao primeiro questionamento da empresa, acreditamos que houve falta de interpretação o que alude o texto do subitem, pois o mesmo diz: "Todos os Laudos e Programas devem ser entregues impressos, em arquivos no formato .pdf gravados em CD, pen drive ou programa desenvolvido pela empresa, no qual as Unidades poderão ter acesso para consultar os Laudos." Portanto, nota-se que a unidade licitante, propôs 4 (quatro) formas da qual a empresa pode optar para entregar os referidos laudos, em momento algum delegamos a obrigatoriedade em receber os documentos por meio físico.

II - Quanto ao segundo questionamento, destacamos, que os prazos pré estabelecidos no subitem 9.2, referem-se a prazos de elaboração dos laudos **de cada Unidade Gestora e não a totalidade do lote**. Os lotes é composto pelas unidades participantes, conforme detalhamento exposto entre as páginas 32 à 132 do Edital.

Vale ressaltar, que o certame é um Registro de Preço, o qual não traz obrigatoriedade para que as unidades formalizem o contrato ou empenham seus itens em sua totalidade. Existem fatores para que cada órgão consigam executar o empenhamento do serviço contratado, para isso, é necessária ter disponibilidade orçamentária e financeira. Portanto, no ato da homologação do Pregão, não significa que todas as unidades do lote 1, por exemplo, irão ordenar a execução do serviço simultaneamente, sem contar, que a empresa tem o prazo de 15 (quinze) dias para iniciar o serviço após assinatura do contrato, conforme prevê o subitem 9.2.1 do TR.

Ademais, a Lei 8.666/93, Aduz:

...

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

[grifei]

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo das partes:

[...]

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

Em face do cenário, podemos observar que a contratada terá 15 dias para iniciar o serviço, bem como 3 etapas a serem cumpridas, sendo a 1ª com prazo de 45 dias e mais duas com prazo de 30 dias cada. Portanto, podemos dizer que a empresa tem 120 dias para entregar os documentos de cada unidade. Além da possibilidade de prorrogação de prazo, conforme prevê a lei supramencionada acima.

III - Quanto ao terceiro questionamento, em razão da publicação da Portaria nº 6.730/2020 - NR1, a qual trata das Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, ou seja, estabelece o novo Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Portaria nº 6.735/2020 - NR9, que trata da Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos, as quais tem previsão de entrar em vigor no dia 03 de janeiro de 2022.

Lembrando que as redações das duas NRs (portarias 6.730 e 6.735), tinham prazo de início, na primeira publicação, para os dias 09 e 10 de março de 2021. Porém, no dia 02 de fevereiro de 2021, por meio da Portaria SEPRT/ME nº 1.295, houve a prorrogação do prazo de início de vigência para o dia 02 de agosto de 2021. **Em julho, uma nova portaria prorrogou a exigência para 03 de janeiro de 2022.**

Por conta das diversas prorrogações e considerando que o processo iniciou-se em junho de 2020, não optamos a fazer alusão a nova legislação por não estar em vigor.

4. **DA DECISÃO**

Assim, conheço a impugnação por tempestiva, para, no mérito, conceder em partes tais solicitações, nos exatos termos acima expostos.

Portanto, **DECIDO**:

I - manter a descrição do subitem 9.1.2;

II - Conceder 60 (sessenta) dias para as etapas 2 e 3, ficando inalterada o prazo da etapa 1.

III - Retificar as informações de Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais - PPRA para Programa de Gerenciamento de Riscos — PGR.

Porto Velho, 24 de novembro de 2021.

FERNANDO LUIZ PEREIRA LIMA

Coordenador Administrativo e Financeiro - SEGEP

APROVO A DECISÃO:

SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP



Documento assinado eletronicamente por **SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA, Superintendente**, em 26/11/2021, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO LUIZ PEREIRA LIMA, Coordenador(a)**, em 26/11/2021, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0022332102** e o código CRC **DD084F6A**.

Referência: Caso responda este(a) Resposta, indicar expressamente o Processo nº 0031.229883/2020-22

SEI nº 0022332102